

O marxismo pé-no-chão de David Harvey

Eleutério F. S. Prado

Introdução

“Este livro” – é assim que Harvey anuncia sinteticamente o teor de *O enigma do capital e as crises do capitalismo* ora oferecido àqueles que se interessam pelos grandes problemas econômicos da presente época – “é sobre o fluxo do capital” (Harvey, 2011, p. 7). Pois, diz no preâmbulo,

“o capital é o sangue que flui através do corpo político de todas as sociedades que chamamos de capitalistas, espalhando-se, às vezes como um filete e outras vezes como uma inundação, em cada canto e recanto do mundo habitado. É graças a esse fluxo que nós, que vivemos no capitalismo, adquirimos nosso pão de cada dia, assim como nossas casas, carros, telefones celulares, camisas, sapatos e todos os outros bens necessários para garantir nossa vida no dia a dia” (Harvey, 2011, p. 7).

O capitalismo, assim, é concebido como um sistema vivo organicamente dependente da circulação ramificada e ininterrupta de uma substância alimentadora – supostamente o capital (na acepção de Marx). Trata-se, sem dúvidas, de uma metáfora audaciosa que tem por objetivo trazer o conteúdo teórico de *O Capital* para o plano do senso comum, satisfazendo a ânsia de saber daqueles que ainda se surpreendem com as crises do capitalismo. Por isso mesmo, para compreendê-la bem é preciso considerá-la em confronto com a concepção de capital da economia vulgar. Como se sabe, para esta, por exemplo, uma máquina que serve numa unidade de produção fabril é obviamente capital. Ora, se a economia vulgar reifica desse modo a forma – pois, confunde a forma (modo de existência em devir do capital) com o suporte da forma (o valor de uso por meio do qual o capital subsiste temporariamente) –, Harvey reifica o conteúdo dessa forma (a substância do capital) ao concebê-lo como algo fluente que pode ser apreendido empiricamente. E é precisamente o que decorre dessa demanda que aqui se pretende examinar de um ponto de vista conceitual – e lógico.

Ao se dirigir àqueles supostamente surpreendidos pela grande crise do sistema, a qual se iniciou em 1997, estourou em 1998, mas que ainda segue o seu curso avassalador em 2011, o seu propósito retórico explícito vem a ser responder a uma pergunta que parece ecoar por todos os cantos do planeta: “por que o capitalismo gera periodicamente suas crises?” (Harvey, 2011, p. 40). Ele não pretende, obviamente, dar uma resposta original a essa pergunta que não pode ser considerada minimamente inovadora nem dentro e nem fora do marxismo; ao contrário, o seu propósito é recuperar um padrão de explicação das crises econômicas que fora já desenvolvido por Marx em meados do século XIX e que é sistematicamente ignorado pela teoria econômica contemporânea e pelos ideólogos de plantão. Ao fazê-lo, porém, não deixa de imprimir a sua marca no resultado de seu esforço de restauração.

Sendo este o seu intento – renovar o interesse pelas concepções de Marx, afirmando a sua relevância histórica –, ao conceber o livro, ele imediatamente se deu como tarefa esclarecer o conceito de capital, mostrando como a compreensão geral do capitalismo em seu evoluir e em seu destino dele depende. A sua solução para o

“enigma do capital” afigura-se claramente superior àquela da economia vulgar, pois ele o concebe como algo em processo – mas, apesar disso, ela não se afigura satisfatória... E isto, não obstante, já se começou a indicar e melhor se verá ao longo deste comentário. Este, aliás, não pretende mais do que avaliar se Harvey é ou não bem sucedido nessa empreitada de interpretar Marx e de reforçar a importância das teses marxianas para a compreensão correta do evoluir do capitalismo.

De qualquer modo, o seu livro faz sucesso aqui e alhures.

A solução do enigma

Segundo Harvey, “o capital não é uma coisa, mas o processo em que o dinheiro é perpetuamente enviado em busca de mais dinheiro” (Harvey, 2011, p. 41). Certamente – tal como ele o diz – o capital não é uma coisa, pois vem a ser – o que ele não diz – uma relação social de valor que assume formas e que deve ser distinguida de seus suportes. Assim, mesmo não sendo “uma coisa”, há coisas, os valores de uso, que não lhe são estranhas; ao contrário, tais coisas lhe servem de base para que possa existir socialmente. O mesmo ocorre, por exemplo, com o espírito da floresta, pois este não pode existir sem uma árvore que o simboliza para uma tribo de silvícolas. Na verdade, a sua explicação segue um curso bem diverso. Se antes, Harvey dissera que o capital é um fluxo ou que ele se manifesta como um fluxo, agora ele diz que o capital é dinheiro que gera mais dinheiro, ou seja, vem a ser um fluxo circular em processo de expansão infinito.

Para explicar o caráter circular desse fluxo, ele faz referência aos capitalistas – os quais, segundo ele, são os motores do processo – e aos seus modos específicos de atuar no sistema econômico:

“Os capitalistas financistas se preocupam em ganhar mais dinheiro emprestando a outras pessoas em troca de juros. Os capitalistas comerciantes compram barato e vendem caro. Os proprietários cobram aluguéis porque a terra e os imóveis que possuem são recursos escassos. Os rentistas ganham dinheiro com royalties e direitos de propriedade intelectual.” (Harvey, 2011, p. 41).

Em todos esses processos, com bem sabe o senso comum, o dinheiro vai, em certo montante, e volta acrescido, perfazendo um círculo crescente ou uma espiral ascendente. Mas ele também não se esquece do processo do capital industrial cuja exposição completa aqui seria muito aborrecida: “nesse caso, o capitalista começa o dia com certa quantidade de dinheiro e, tendo selecionado uma tecnologia e uma forma organizacional, entra no mercado...” (Harvey, 2011, p. 41).

Para explicar o caráter infinito dessa circularidade expansiva, fazendo ainda referência à psicologia social dos agentes econômicos, ele compara o dinheiro com a mercadoria. Ambos esses objetos sociais podem ser apropriados privadamente – assevera –, mas “o dinheiro (...) é uma forma de poder social que não tem limites inerentes”; já os bens comuns são comandáveis de modo sempre limitado. “(...) as pessoas muito ricas não podem possuir bilhões de iates (...) mas não existe um limite inerente aos bilhões de dólares que um indivíduo pode comandar” (Harvey, 2011, p. 43-44). Assim, ele indica, ao seu modo, que o capital é um fluxo infinito e o faz de uma maneira empiricamente aceitável para o entendimento ordinário: todo indivíduo quer sempre ter mais um milhão de dólares pouco importa quantos dólares já tenha acumulado, mas nenhum indivíduo sadio quer possuir sempre mais um sapato, independentemente que quantos sapatos já possua.

Essa explicação, porém, é bem problemática. Rigorosamente, a sua definição de capital, segundo a qual “este é dinheiro que procura dinheiro” está incorreta. Ora, essa crítica bem direta à sua formulação se impõe aqui porque, antes de qualquer exposição mais completa, ela identifica imediatamente dinheiro e capital. Pois, como qualquer leitor de *O Capital* sabe e precisa sabê-lo para poder fazer uma leitura rigorosa desse livro, o termo capital, para Marx, indica uma substância-sujeito que tem duas formas básicas, a forma de mercadoria e a forma de dinheiro – formas estas, aliás, que ele encadeou de uma maneira notável por meio do circuito de metamorfoses $D - M - D'$. Será preciso voltar depois à ideia de substância-sujeito. Antes, porém, vem a ser necessário examinar essa expressão do circuito do capital com o propósito de esclarecer o erro de Harvey.

Já aqui deve ser observado que o dinheiro nesse circuito revela de fato a dimensão quantitativa da infinidade do capital, pois D e D' são qualitativamente iguais e só diferem entre si pela quantidade. Porém, a mercadoria M não indica aí apenas algo finito, já que precisa apontar também para uma infinidade qualitativa. O símbolo M , de fato, indica um “bem” bem determinado num circuito em particular. Porém, ele indica também que, em princípio, um número indeterminado de mercadorias qualitativamente diferentes umas das outras podem e devem ocupar esse lugar no circuito do capital quando este é tomado em sua generalidade. Pois, é preciso conceber a possibilidade de que os circuitos $D - M - D'$ possam se repetir de modo infinito, sincrônica e diacronicamente, na economia capitalista. Ou seja, dizendo de outro modo, justamente porque é limitada a necessidade de qualquer bem em particular, a infinidade quantitativa do capital como dinheiro requer intrinsecamente a infinidade qualitativa do capital como mercadoria.

A infinidade do capital, portanto, se expressa tanto quantitativamente no dinheiro quanto qualitativamente na mercadoria. O apelo empírico da formulação de Harvey para explicar o “enigma do capital” revela-se, enfim, ilusório.

Observe-se, agora, que ao longo dessa pequena explicação não se identificou o dinheiro com o capital. Ao contrário, afirmou-se já, ainda que de modo não totalmente explícito, que capital é mercadoria, mas nunca permanece mercadoria; que capital é dinheiro, mas nunca fica dinheiro. Ele é o ator; a mercadoria e o dinheiro são apenas os seus personagens. Pois, capital é o que se veste de dinheiro agora para se vestir de mercadoria logo mais, para voltar à roupa dinheiro mais a frente e assim por diante. Ou seja, o capital vem a ser algo que assume as formas de dinheiro e de mercadoria em sua existência em devir, ora uma ora a outra, fazendo-o apenas e sempre temporariamente. Se o movimento para, o valor que está na forma de dinheiro ou de mercadoria deixa de ser capital, transformando-se em tesouro ou em estoque inativo de riqueza material (se não em lixo).

Para encaminhar uma boa compreensão do conceito de capital é preciso, pois, não pôr qualquer identidade entre o sujeito e o predicado no juízo que o expressa (isto é, não se pode dizer que dinheiro = capital); é preciso, também, se recusar a fixá-lo em qualquer predicado determinado (isto é, não se pode dizer que capital \rightarrow dinheiro). É necessário pôr o movimento de seu perpétuo devir, deixando claro que se trata de uma relação social de valor em processo de valorização (isto é, que vem a ser por meio de uma sucessão de formas, as quais podem ser representadas do seguinte modo: \rightarrow dinheiro \rightarrow mercadoria \rightarrow mais dinheiro). É o que faz Marx.

O capital mostra-se, pois, como um repetir-se tendencialmente infinito que, nesse desiderato, volta-se constantemente a si mesmo, manifesta-se quantitativa e qualitativamente num circuito sem fim. Mas – repetindo a pergunta –, o que vem a ser

precisamente o capital? Ora, foi o próprio Marx quem o definiu expressamente como uma substância-sujeito num trecho muito conhecido de *O Capital*:

“As formas autônomas, as formas dinheiro, que o valor das mercadorias assume na circulação simples medeiam apenas o intercâmbio de mercadorias e desaparecem no resultado final do movimento. Na circulação D – M – D, pelo contrário, ambos, mercadoria e dinheiro, funcionam apenas como modos diferentes de existência do próprio valor, o dinheiro como o seu modo geral, a mercadoria como o seu modo particular, por assim dizer camuflado, de existência. Ele passa continuamente de uma forma para outra, sem perder-se nesse movimento, e assim se transforma em sujeito automático. Fixadas as formas particulares de aparição, que o valor que se valoriza assume alternativamente no ciclo de sua vida, então se obtêm as explicações capital é dinheiro, capital é mercadoria. De fato, porém, o valor se torna aqui o sujeito de um processo em que ele, por meio de uma mudança constante das formas de dinheiro e mercadoria, modifica a sua própria grandeza, enquanto mais-valia se repele de si mesmo enquanto valor original, se autovaloriza. Pois o movimento, pelo qual ele adiciona mais-valia, é o seu próprio movimento, sua valorização, portanto autovalorização. Ele recebeu a qualidade oculta de gerar valor porque ele é valor. Ele pare filhotes vivos ou ao menos põe ovos de ouro.” (Marx, 1983a, p. 130).

É notória a filiação hegeliana desse trecho: o capital nele figura não meramente como um fluxo, mas como um quase-espírito que se produz a si mesmo e que tem movimento próprio. Não se trata de um espírito autêntico porque o capital é produto social e porque o seu movimento tem uma natureza inercial. Daí que Marx se refira ao capital como sujeito automático. Como está escrito em passagem bem conhecida de *O Capital* que o trabalho é a substância do valor, infere-se que valor é a substância trabalho posta enquanto tal. Segue-se, então, que o capital é uma relação de valor que põe valor, ou seja, uma substância-sujeito.

A sociabilidade inerente ao modo capitalista de produção tende a se reproduzir, na visão de Marx, quase automaticamente, pois está guiada cegamente por um princípio de geração que independe da vontade humana consciente. O capitalismo como um sistema social, portanto, tem algo de máquina e algo de ser vivo – sem ser nem máquina e nem ser vivo. O materialista Marx emprega um discurso metafísico para falar do capital, trata-o como uma substância-sujeito, e o faz porque o capital, para ele, é um objeto metafísico. Por recusar esse modo de apresentação, que é ontológico, hegeliano e dialético, Harvey toma o capital como um mero fluxo que pode ser distinguido e compreendido por meio da metáfora da circulação do sangue. Assim – crê – torna a noção de capital plausível para o entendimento do bom inglês já que o fluxo sanguíneo é algo observável empiricamente e a sua circulação vem a ser plenamente concebível pela ciência tal como é comumente compreendida, especialmente na tradição anglo-saxônica.

Ademais, ao tomar o capital como um fluxo, Harvey o recebe como algo inerte que apenas flui e que tende a fluir sem cessar a menos que venha a ser interrompido por ocorrências adversas. Ao fazê-lo, ele elimina do conceito de capital a sua determinação de sujeito do processo social – determinação essa que é fundamental na concepção de Marx. Por isso, ele não apenas diz que o capital é “um processo em que o dinheiro é perpetuamente enviado em busca de mais dinheiro”, mas completa essa conceituação mediante a afirmação de que “os capitalistas – [são] aqueles que põem esse processo em

movimento” (Harvey, 2011, p. 41). Em consequência, para Harvey, o sujeito do processo social no modo de produção capitalista não é o capital, mas o próprio capitalista – ou os capitalistas como classe social dominante.

Ao fazê-lo, ele não estaria se aproximando do individualismo metodológico que caracteriza a cientificidade dominante no campo da Economia e mesmo, talvez, da Economia Política? É evidente e trivial que nada acontece e nada pode acontecer na sociedade – e no capitalismo em particular – sem concurso da ação humana. Porém, não é disto o que se trata. Trata-se, isto sim, de saber se nesse modo de produção a ação humana é autônoma ou está aí determinada, normalmente, de modo heterônomo. A questão, pois, consiste em indagar se a agência humana se encontra ou não se encontra aí causada por aquilo que ela mesma cria cegamente, sem consciência e sem planejamento – um funcionamento sistêmico fetichista, uma estrutura de produção com dinamismo próprio e que se apresenta aos homens como força divina enrustida em naturalidades.

Ora, é bem sabido que Marx trata, por exemplo, o capitalista como suporte da relação social de capital, cuja vontade mora sobretudo no lucro e na riqueza abstrata. É essa inversão ontológica entre o sujeito e objeto que ocorre no próprio âmbito do ser social que o individualismo metodológico se recusa a pensar. Fia-se na autonomia aparente da agência humana tal como pode ser apreendida no curso da vida social corrente, ignorando as suas determinações estruturais, ou seja, aquilo que a configura de modo implícito e que pertence ao domínio do inconsciente social. Harvey dele se aproxima, pois quer manter o pé no chão, competindo em igualdade de condições com a ciência burguesa que quer criticar.

A explicação das crises

Após identificar o capital com o dinheiro e de se referir ao seu impulso inerente ao aumento contínuo, Harvey associa a tendência ao crescimento do próprio sistema como um todo à ganância do capitalista, ou seja, à busca do “dinheiro ilimitado como uma forma de poder social” (Harvey, 2011, p. 44). Em síntese, o capital – segundo ele – é um fluxo que se expande em ritmo exponencial movido pela cobiça dos capitalistas. Ao invés de se ater à investigação da sociabilidade capitalista enquanto tal, ele passa ao estudo da psicologia social do ator que supostamente move o sistema por meio de sua avidez por mais dinheiro. É partindo dessa busca que ele chega às crises:

“Na ausência de quaisquer limites ou barreiras, a necessidade de reinvestir a fim de continuar a ser um capitalista impulsiona o capitalismo a se expandir a uma taxa composta. Isso cria então uma necessidade permanente de encontrar novos campos de atividade para absorver o capital reinvestido: daí ‘o problema da absorção do excedente de capital’. De onde virão as novas oportunidades de investimento? Existem limites” (Harvey, 2011, p. 45).

Como define o capital como um fluxo circular de dinheiro em expansão, ele não pode encontrar na própria disponibilidade de dinheiro qualquer limite para essa expansão. Desse modo, levado por sua lógica pé-no-chão, vem afirmar que, “claramente, não há limite inerente à capacidade monetária de estimular o crescimento” (Harvey, 2011, p. 45). Mesmo se não é proposta dessa nota examinar o conhecimento de teoria econômica desse autor, é preciso indicar aqui que essa afirmação está errada teórica e historicamente; para indicar aqui a sua incorreção basta mencionar a existência dos fenômenos econômicos da inflação e da chamada “armadilha de liquidez” em que o

acréscimo de dinheiro em circulação redundando, respectivamente, em aumento de preços e em retenção do próprio dinheiro. Destarte, é preciso desdobrar a sua argumentação para examinar a sua teoria da crise. Se não é da própria acumulação de dinheiro que surgem os limites da acumulação de dinheiro, estes apenas podem surgir externamente à lógica da acumulação de dinheiro – por mais trivial que isto possa parecer. Daí se segue a seguinte argumentação:

“Mas existem outros potenciais obstáculos à circulação do capital, que, ao se tornarem intransponíveis, podem produzir uma crise (definida como uma condição em que os excedentes de produção e reinvestimento estão bloqueados). O crescimento, em seguida, para e parece haver um excesso ou superacumulação de capital em relação às possibilidades de uso desse capital de forma lucrativa. Se o crescimento não recomeça, então o capital superacumulado se desvaloriza ou é destruído” (Harvey, 2011, p. 45).

Aqui, a contradição inerente ao processo de produção capitalista entre produção de valores de uso e geração de valor de Marx é tratada como um contraste entre o “ilimitado potencial de acumulação monetária” e “os aspectos potencialmente limitadores da atividade material (produção, troca e consumo)” (Harvey, 2011, p. 46). Dito de outro modo, por um lado, há algo que flui em escala crescente; por outro, há ocorrências adversas que podem interromper esse fluir e que, assim, provocam o advento de crises. Desse modo – é preciso registrar –, para Harvey, é o processo de produção que coloca barreiras ao processo de valorização. E isto, ele próprio explica do seguinte modo:

“O exame do fluxo de capital por meio da produção revela seis barreiras potenciais à acumulação, que devem ser negociadas para o capital ser reproduzido: i) capital inicial sobre a forma de dinheiro insuficiente; ii) escassez de oferta de trabalho ou dificuldades políticas associadas a ela; iii) meios de produção inadequados, incluindo os chamados ‘limites naturais’; iv) tecnologias e formas organizacionais inadequadas; v) resistências ou ineficiências no processo de trabalho; e vi) falta de demanda fundamentada em dinheiro para pagar no mercado. Um bloqueio em qualquer um desses pontos interrompe a continuidade do fluxo de capital e, se prolongado, acaba produzindo uma crise de desvalorização” (Harvey, 2011, p. 46-47).

Eis aí a síntese de sua teoria das crises econômicas do capitalismo. Em face dela, resta então perguntar: o que se encontra na obra econômica de Marx confirma ou não essa teoria como legitimamente marxista? É preciso verificar.

Em Marx, de início, a contradição acima referida se apresenta assim: “como a mercadoria é unidade de valor de uso e valor, seu processo de produção tem de ser unidade de processo de trabalho e processo de formação de valor” (Marx, 1983a, p. 155). Uma incongruência possível entre a produção de valores de uso e a valorização do valor está implícita já, pois, nessa contradição, a qual vem a ser, como o próprio Marx o mostra, uma forma algo mais desenvolvida da contradição inerente à mercadoria. Somente depois de um longo percurso expositivo, ele vai apresentar as formas bem desenvolvidas dessa contradição, o que é preciso compreender bem para pensar rigorosamente as crises do capitalismo.

De início, é preciso mencionar novamente que a infinidade do capital, para Marx, revela-se tanto no dinheiro quanto na mercadoria – neste segundo caso, não só

pela exigência de uma diversidade qualitativa ilimitada, mas também, mais importante, na redução sem limites do tempo de trabalho necessário para produzir cada uma delas em específico. Ora, isto está na origem de um conflito entre a expansão do capital e a manutenção de sua valorização.

A produção no capitalismo tende a se expandir sempre mais, pois, com ela, se expande a grandeza do capital produtivo. Conforme cresce o volume de mercadorias gerado pelo sistema, mais e mais capital está sendo acumulado. Essa expansão, porém, tende a ocorrer economizando trabalho vivo, o que representa – dada uma taxa de exploração – uma redução, em termos relativos, da fonte de remuneração do capital já acumulado, constringendo a sua possibilidade de valorização. Conforme cresce o montante de capitais em existência – Marx mostra isto com rigor –, sobrevém uma tendência à redução da taxa de lucro e, assim, uma tendência à desvalorização do capital existente. Quando essas tendências contraditórias se fazem valer em certos momentos e lugares, surgem as crises. Dito de outro modo, “periodicamente o conflito entre os agentes antagônicos se desafoga em crises” (Marx, 1983b, p. 188).

“As crises” – diz ele – “são sempre apenas soluções momentâneas violentas das contradições existentes, irrupções violentas que restabelecem momentaneamente o equilíbrio perturbado” (Marx, 1983b, p. 188). Em sua forma bem genérica, ele continua, a contradição que germina a crise advém da natureza do capital: por um lado, “o modo de produção capitalista implica uma tendência ao desenvolvimento absoluto das forças produtivas”; por outro, “ela tem por meta a manutenção do valor-capital existente e sua valorização no grau mais elevado”. Ao perseguir essa meta, não pode deixar, porém, de diminuir sistemicamente a taxa de lucro, desvalorizar o capital existente, minar as forças produtivas no afã de produzir novas. Logo, não é o processo de produzir valores de uso que põe entraves para a geração de valor e para a acumulação de capital tal como propõe Harvey, mas o contrário. A superacumulação não é uma aparência que decorre de bloqueios inerentes ao processo produtivo, mas uma expressão explosiva da desmedida do próprio capital. Ela sobrevém no curso do processo porque a mais-valia emergente se mostra insuficiente para permitir a reprodução lucrativa de todo o capital ora existente.¹ A produção capitalista encontra barreiras, mas essas não são meramente ocorrências adversas ao processo de valorização.

“A produção capitalista procura constantemente superar essas barreiras que lhe são imanentes, mas só as supera por meios que lhe antepõem novamente essas barreiras e em escala mais poderosa” (Marx, 1983b, p. 189).

Tais barreiras, portanto, são imanentes ao próprio processo de produção capitalista porque decorrem das contradições inerentes ao desenvolvimento ilimitado da relação social de capital. E isto precisa ser enfatizado:

“A verdadeira barreira da produção capitalista é o próprio capital, isto é: que o capital e sua autovalorização apareçam como ponto de partida e ponto de chegada, como motivo e finalidade da produção; que a produção seja apenas

¹ Essa afirmação recebeu, por meio de um correio eletrônico, um comentário de Rubens Sawaya, o qual se afigurou, depois de cuidadosamente lido, mais complementar do que crítico. Ei-lo com pequenas mudanças: “No processo de superacumulação, o problema não está no fato de a mais-valia ser ‘insuficiente’ (...) mas no fato de não haver aplicação capaz de elevá-la ainda mais no próprio processo de reprodução do capital. Assim, a queda [adicional] na taxa de lucro não se revela estatisticamente, simplesmente porque o dinheiro não volta ao processo. Sobre dinheiro que busca se valorizar de forma fictícia, sem passar pelo real processo de valorização. (...) Assim, [tudo] se torna apenas um castelo de cartas que desmorona por completo”, em certo momento, em razão de algum pequeno evento catastrófico.

produção para o capital e não inversamente, que os meios de produção sejam meros meios para uma estruturação cada vez mais ampla do processo vital para a sociedade dos produtores” (Marx, 1983b, p. 189).

O fulcro da divergência de Harvey com relação a Marx é que ele não acolhe a tese de extração hegeliana de que o capital é uma substância-sujeito metafísica. E por não a acolher – mas desejando ainda se apropriar da análise marxiana – formula uma teoria do capitalismo em que o capital aparece como um mero fluxo e as crises surgem como decorrência de entraves a esse fluxo.²

Harvey não confia num futuro brilhante para a vida humana no atual modo de produção, mas, consistentemente, só enxerga limites sobrevenientes para a sua (e a nossa) sobrevivência: “neste livro, tentei mostrar, o mais claramente possível, as razões para a propensão do capitalismo a crises, o papel destas... na reprodução do capitalismo e os riscos sistêmicos de longo prazo que o capital representa para a vida no planeta” (Harvey, 2011, p. 211). Essa conclusão, entretanto, ainda que não pareça de imediato, pois fala em limitações para a sobrevivência do sistema, afigura-se bem insuficiente. No fundo, ela repõe um problema teórico que já havia sido enfrentado por Grossmann:

“A questão que examinarei” – diz ele em seu livro clássico – “é se o capitalismo completamente desenvolvido, pensado como um sistema econômico que prevalece de modo difundido e universal, vem a ser capaz de desenvolver o seu processo reprodutivo continua e indefinidamente, ou se esse processo de expansão chega a limites de um tipo ou outro, os quais ele não pode superar” (Grossmann, 1992, p. 31).

Do modo como Harvey pensa o capital, este aparece como um movimento intrinsecamente contínuo que enfrenta limitações, as quais vão aparecendo no curso do desenvolvimento do sistema. As limitações de ordem sistêmica são problemas que podem ser superados com maior ou menor esforço, com maior ou menos custo social. As limitações de ordem social e política também podem ser superadas, ainda que, eventualmente, isso possa não acontecer. Eis que, em sua perspectiva, o movimento radical de esquerda aparece como um limite externo ao capital, como um movimento opositor que, eventualmente, prescreve o seu fim. Mas, ao pensá-lo desse modo, como um evento extrínseco ao próprio movimento do capital, faz com que a superação do capitalismo figure como algo que assume ares de projeto utópico.

Ora, para Marx, os limites do capital são engendrados e postos pelo próprio capital. Isto é, para ele, à medida que esse sistema complexo de relações sociais se reproduz conforme a sua própria lógica, com certo automatismo, ele tende endogenamente a produzir crises cada vez mais formidáveis, tendendo ao colapso. Essa tendência, no entanto, é uma propensão e não um movimento em flecha que segue, por isso mesmo, um curso pré-determinado. A tendência se manifesta na história do capitalismo, mas ela é contrariada ou corroborada pelas forças sociais, políticas e estatais que atuam na sociedade. São os homens, como se sabe, é que fazem a sua própria história. São eles que conservam ou adaptam o que existe; são eles que transformam. Nesse modo de pensar, a luta social não é um evento ou uma sucessão de eventos que surge para perturbar o funcionamento do sistema; ao contrário, ela é parte intrínseca da dialética da reprodução desse próprio sistema; ela própria é um momento da relação de capital. Se para as forças da conservação em geral, o desafio posto pelas

² Procurando atender a um comentário de Mario Duayer, o fecho desta nota, em relação a uma versão anterior que circulou na internet, é reformulado a partir desse ponto.

crises avassaladoras é respondido por crescente intervenção salvadora do Estado, para a esquerda cabeça-ao-vento (desassombrada, rigorosa em teoria e audaciosa em política) a resposta ao colapso possível do sistema é produzir por negação o advento do socialismo a partir do próprio desenvolvimento do capitalismo.

Referências

- Fausto, Ruy – Sobre o conceito de capital. Ideia de uma lógica dialética. In: *Marx: Lógica e Política – Investigações para a reconstituição do sentido da dialética*. Tomo III. São Paulo: Editora 34, 2002, p. 187-228.
- Grossmann, Henryk – *The law of accumulation and breakdown of the capitalista system – Being also a theory of crises*. Londres: Pluto Press, 1992.
- Harvey, David – *O enigma do capital e as crises do capitalismo*. São Paulo: Boitempo, 2011.
- Marx, Karl – *O capital – crítica da economia política*. Volume I, livro primeiro. São Paulo: Abril Cultural, 1983a.
- _____. *O capital – crítica da economia política*. Volume I, livro terceiro. São Paulo: Abril Cultural, 1983b.